

---

# O VIAJANTE DUARTE DE ARMAS E SUA OBRA IMAGÉTICA SOBRE A FRONTEIRA LUSO-CASTELHANA (1509) THE TRAVELER DUARTE DE ARMAS AND HIS IMAGERY WORK ABOUT THE PORTUGUESE-SPANISH BORDER (1509)

---

Edison Bisso Cruxen  
Professor do Curso de Licenciatura em História da FAPA  
Doutorando em História pela PUCRS, bolsista da CAPES  
E-mail: [edisoncruxen@yahoo.com.br](mailto:edisoncruxen@yahoo.com.br)

**RESUMO:** Neste artigo busca-se demonstrar o valor da utilização da obra imagética Livro das Fortalezas, produzida pelo viajante Duarte de Armas, para a constituição de representações sobre o “funcionamento” da fronteira luso-castelhana, em princípios do século XVI. A princípio, este códice pode ser identificado somente como um tratado de arquitetura militar, necessário para auxiliar na defesa do reino de D. Manuel de Portugal, frente às ameaças de Castela, em 1509. Mas uma análise mais atenta identifica registros humanizados, pela presença de camponeses em suas ocupações cotidianas, o movimento do comércio, rios sendo navegados por diversas embarcações e paisagens detalhadas, com diferentes relevos e cultivos. O Livro das Fortalezas pode ser definido como um álbum de arquitetura militar quinhentista, da maior relevância, realizado por um indivíduo que na tentativa de ser um prestativo burocrata da Casa Real, que desempenhou, com brilhantismo, a tarefa de um viajante “etnógrafo”.

**PALAVRAS CHAVE:** Livro das Fortalezas. Viajante Duarte de Armas. Fronteiro Luso-Castelhana.

**ABSTRACT:** This article seeks to demonstrate the value of the use of the imagery work called Livro das Fortalezas, produced by traveler Duarte de Armas, for the constitution of the representations on the "functioning" of the portuguese-spanish border, in the beginning of the 16th century. Initially, this codex can be identified only as a treaty of military architecture, necessary to assist in the defense of the kingdom of D. Manuel of Portugal, facing threats of Castile in 1509. But a more careful analysis identifies humanized records, by the presence of peasants in their daily occupations, the movement of trade, rivers being navigated by several boats and detailed landscapes, with different reliefs and farming. The Livro das Fortalezas can be defined as an album of cinquecentist military architecture, of greater relevance, performed by an individual who in an attempt to be a helpful bureaucrat of the Royal House, played with brilliance, the task of a traveler "ethnographer".

**KEY WORDS:** Livro das Fortalezas. Traveller Duarte de Armas. Portuguese-Spanish Border

Para qualquer forasteiro a muralha e as torres que, em maior ou menor número, nela se incorporavam, constituíam o primeiro e mais claro sinal da presença de um núcleo urbano, pois raros eram os que não usufruíam da tranquilidade dessas grossas paredes. Muros que anunciavam um espaço diferente mas, que por agora, o defendiam dos olhares de quem se aproximava retardando o tão desejado momento de encontro. Na verdade, acima da linha de fortificações apenas se vislumbrava um ou outra torre de igreja ou, se a cidade ou vila se implantava em sítio acidentado, algum casario disperso por colinas que um castelo ou outra construção assinalável rematava (ANDRADE, Horizontes Urbanos Medievais, 2003, p. 45).

## INTRODUÇÃO

O século XVI ibérico está marcado por grandes viagens ultramarinas e descobertas em terras distantes. Possivelmente este seja um dos períodos mais favoráveis para encontrar registros escritos de viajantes que se depararam com mundos exóticos, pouquíssimos conhecidos, ou mesmo nunca antes vistos. Em finais do século XV os espanhóis alcançam as Américas e os portugueses o Extremo Oriente. Os estranhos, quase indescritíveis mundos além do Mar Oceano. Mas no presente trabalho a atenção esta direcionada para um viajante, em seu território, em seu próprio chão. Um funcionário da Casa Real Portuguesa, Duarte de Armas, que também participou de viagens de conquista e expansão, no norte da África. Infelizmente, desta sua “aventura”, onde teria produzido um tratado com desenhos de diversas fortalezas portuguesas em território marroquino, além de uma curta passagem na Crônica do Rei D. Manuel, nada ficou registrado. Mas se engana quem possa pensar, que neste caso, “santo de casa não faz milagres”. Duarte de Armas, hábil *debuxador*, realizou um périplo de aproximadamente 900 km, ao longo de um ano de caminhada, acompanhado de seu criado, onde desde o extremo sul ao extremo norte da fronteira luso castelhana, proporcionou um dos registros mais ricos e detalhados do funcionamento desta região da Península Ibérica, nos alvares do século XVI. Fidalgo, burocrata, tratadista, homem metódico no cumprimento de sua missão real... mas no momento deste artigo, viajante.

## O VIAJANTE E SEU CONTEXTO

Para melhor compreendermos os motivos da realização do tratado iconográfico Livro das Fortalezas<sup>1</sup>, que gerou a necessidade de Duarte de Armas viajar ao longo de 900 km na fronteira luso-castelhana, devemos vislumbrar um pouco do contexto histórico dos princípios do século XVI, na Península Ibérica. No ano de 1509, Portugal encontra-se sob o reinado de D. Manuel I, “O Venturoso” (1495-1521). Período das grandes navegações, das descobertas

---

<sup>1</sup> Original preservado na Torre do Tombo/Lisboa cód. ref. PT/TT/CF/159, Códice A, com título original – “Livro das fortalezas situadas no extremo de Portugal e Castela por Duarte de Armas, escudeiro da Casa do rei D. Manuel I”. Cópia aquarelada preservada na Biblioteca Nacional de Lisboa, com publicação em 1642, Microfilme cota 6618 – com o título “Fronteira de Portugal fortificada pellos reys deste Reyno. Tiradas estas fortalezas no tempo del Rey Dom Manoel copiadas por Brás Pereira. Na Biblioteca Nacional de Madrid existe o Códice B, cópia incompleta, com apenas 37 fortificações, com a assinatura Aa, 98, n 9241, com o título “*Plazas de guerra y castillo medievales de la frontera de Portugal*”. Publicação fac-símile integral em 1997, pela Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Códice A.

do caminho marítimo para as Índias, do Brasil e das “Ilhas das Especiarias” (Molucas), a coroa portuguesa contava com posses espalhadas na costa norte, oeste e leste do continente africano. D. Manuel foi o primeiro soberano lusitano a assumir o título de “Senhor do Comércio, da Conquista e da Navegação da Arábia, Pérsia e Índia”, embora não tivesse domínios consistentes na Arábia (além de alguns entrepostos) e no território persa (atual Irã) mantivesse apenas acordos diplomáticos e comerciais (SANTOS, 1995).

No período de Manuel I, marcado por reformas profundas, o funcionamento do reino foi reorganizando através das Ordenações Manuelinas (iniciadas em 1495 e publicadas como novo *corpus* de lei em 1512). As Ordenações Afonsinas (de D. Afonso V, 1438-1448), ainda fortemente influenciadas pelo peso das leis medievais portuguesas foram destruídas. Portugal encontrava-se em plena expansão territorial (ultramarina) e comercial, sendo necessário readaptar seu funcionamento administrativo e político. Com o dinheiro das especiarias vindas do Oriente, Manuel I realizou, por todo o reino, diversas obras arquitetônicas, tanto de construção como de reforma, ao ponto das edificações e o caráter decorativo desenvolvido neste período virem a ser conhecidos por um estilo próprio, denominado Manuelino (Gótico Português Tardio) (MAGALHÃES, 1998). Muitas das características decorativas deste estilo foram registradas nos desenhos de Duarte de Armas em seu périplo pelos termos dos reinos ibéricos.

“O Venturoso”, com suas reformas e poder econômico edificou um novo “Estado” em que se prenuncia, em boa medida, um absolutismo régio, incentivando fortemente as artes, técnicas e cultura em seu território, buscando continuamente o centralismo, através da criação de instrumentos unificadores de caráter estatal. Como demonstração de poder, no Marrocos, antigo espaço de conquista português (iniciado em 1415, com a tomada de Ceuta), realiza novas “façanhas” tomando posse dos portos de Safim, Azamor e Agadir. Para tanto, a preocupação da manutenção das fronteiras na constituição de um “Estado” forte e soberano demonstra ser uma constante. Esta característica parece ser mais visível principalmente frente a seu tradicional adversário, o reino de Castela, que se encontrava em fase de unificação territorial, bem como expansão ultramarina, sob a égide dos Reis Católicos (Fernando II de Aragão e Isabel I de Castela) (MONTEIRO, 1999).

O mesmo receio que impelia o soberano português a fortalecer seu reino política e administrativamente, além de assegurar a delimitação e manutenção de suas fronteiras fortificadas (por castelos e cidadelas), promoveu uma política de aproximação entre as casas

reais peninsulares, com a intenção de uma ligação dinástica com Espanha. Manuel I foi casado com Isabel de Aragão (1497-1498), que apenas um ano após o matrimônio morreu durante o trabalho de parto, casando-se novamente com Maria de Aragão (1500-1517). As duas infantas eram filhas dos Reis Católicos e herdeiras da coroa de Espanha. Ao mesmo tempo em que “O Venturoso” buscava ter um sucessor que viesse a unificar as duas casas reais, também corria o risco de expor seu reino ao controle de Felipe II, que podia sentir-se no direito de avançar as fronteiras, caso Manuel morresse sem deixar descendência (MAGALHÃES, 1998). A manutenção de uma *raya* fortificada e em condições de resistir aos impulsos expansionistas espanhóis era de vital importância. Neste momento, para constituir um documento, onde estivessem registradas todas as fortificações portuguesas, na fronteira com Castela, e suas respectivas condições de conservação, entra em cena o “*desenhador*” Duarte de Armas, de quem, infelizmente, pouco se sabe.

Duarte nasceu na corte portuguesa, em Lisboa, por volta de 1465, à data de sua morte é desconhecida. Seu pai, Rui Lopes de Veiros, era um fidalgo cortesão, fidalguia herdada por Armas que alcançou a dignidade de Escudeiro da Casa Real<sup>2</sup>, Escrivão da Livraria Régia e da Torre do Tombo. Seu posto de Escudeiro fazia parte da Antiga Nobreza de Sangue (linhagem), correspondendo a uma categoria social e jurídica própria, que servia diretamente ao monarca. Definido como “*debuxador per tallento*”, além do chamado “Livro das Fortalezas Situadas no Extremo de Portugal e Castela”, se conhece referência de outro tratado iconográfico de fortificações, também ordenado por D. Manuel I (CASTELO-BRANCO, 1997). O *levantamento* das praças fortes de Azamor, Mamora, Salé e Larache, na costa do Marrocos, trabalho realizado como integrante da Armada de D. João Meneses, entre 1507-1508. Sua presença está registrada na *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel*, de Damião Góis, de 1566 (Parte II, Cap. XXVII, p.28):

Como el Rei todo o tempo que viueo, trabalhasse muito por fazer guerra aos Reis de Fez, Miquinez, & Marrocos, & a outras prouincias de Mouros, que sam da conquista desta destes regnos, mandou no anno atras de mil, & quinhentos e sete, dom Ioaõ de Meneses com tres carauellas... & hum Duarte Darma grande pintor, que traçou, & debuxou as entradas destes rios, & a situaçam da terra. O que tudo feito como conuinha, dom Ioaõ de Meneses se veo ao regno a dar informaçã a el Rei do que achara [...].

---

<sup>2</sup> Na nobreza portuguesa correspondia a fidalgo de 1º Ordem e 2º Grau, estando abaixo apenas do Fidalgo Cavaleiro – 1º Ordem e 1º Grau.

Mas, infelizmente, nenhum dos desenhos produzidos nessa missão “sobreviveram”. Duarte não era propriamente um “artista”, mas um burocrata, um funcionário Real, que devido suas qualidades como “*boom debuxador*” e conhecedor da arquitetura militar da época, recebeu o encargo de produzir tratados sobre as fortificações nos “*termos*” dos domínios portugueses na África do Norte e no Continente Europeu (NUNES, 1991). Seu trabalho não se tratava propriamente de uma produção artística, mas de um documento de Estado, da maior importância para manutenção e segurança das fronteiras. Informações de tamanha relevância só poderiam ser confiadas a um funcionário da Casa Real.

## **A OBRA IMAGÉTICA E SEU AUTOR**

Obra única por suas características peculiares e até hoje pouco estudada, O Livro das Fortalezas possibilita, devido a riqueza de sua iconografia e precisão das anotações do périplo realizado por Duarte de Armas, um instigante e amplo campo de investigação. Códice recorrentemente citado nos estudos da castelologia, como forma de “observação” de características da arquitetura militar portuguesa dos séculos XIV, XV e XVI, além disso, apresenta em seus registros iconográficos, de forma humanista, pessoas em suas ações prosaicas extramuros. O códice permite inferir questões e reflexões sobre urbanismo, sociedade, política, arquitetura, relações de poder, paisagem, percursos de viajantes e cotidiano no reino de Portugal do século XVI. A primeira referência histórica da importância, enquanto documento de “Estado”, desta obra encontra-se nas *Noticias de Portugal Offerecidas a ElRey N.S. Dom João o IV*, de Manuel Severim de Faria, onde relata, em 1655, que D. Manuel havia mandado “tirar em planta e monte todos os lugares fortes do Estremo de que se fizeram dois livros depositados por sua ordem na Torre do Tombo, onde ainda estão”. Embora seja um tratado de natureza militar, contendo detalhada iconografia de 57 fortificações portuguesas, realizadas à pena, reúne diversificada informação, sobre as características da região de fronteira entre Portugal e Castela nos princípios do século XVI. Ainda que não possamos esquecer que esses registros imagéticos são traduções sintéticas da paisagem, que o autor observou com determinado propósito, podemos utilizá-los para constituir representações sobre o trajeto percorrido e documentado.

No estudo de antigas estruturas arquitetônicas e das paisagens nas quais estão inseridas, mesmo os registros iconográficos isolados possuem importância. Eles fornecem

dados preciosos possibilitando constituir um meio de interpretar a transformação das construções e do ambiente através do tempo. Porém, são os conjuntos coerentes, nomeadamente os que foram desenhados pelo mesmo artista e relativos à mesma época que permitem os estudos mais completos e aprofundados. Este é o caso da obra Livro das Fortalezas (NUNES, 1988, p. 94).

O chamado “Códice A” começa com um índice dos castelos desenhados desde o extremo Sul (Castro Marim, fronteira com a Andaluzia, junto ao rio Guadiana) ao extremo Norte de Portugal (Melgaço, na fronteira com a Galícia, junto ao rio Minho). No total, este viajante, ao que tudo indica, acompanhado de seu criado, contabilizou 175 léguas (cerca de 900 km) de percurso pelos “limites” do território português. Os alçados, assim como as respectivas plantas baixas das fortificações foram realizados, por volta do ano de 1509, a pedido do Rei D. Manuel I, que pretendia garantir uma fronteira protegida e bem equipada, contra possíveis ameaças do reino vizinho de Castela. Para tanto, era necessário saber em que condições se encontravam as fortificações da *raya*. Muitas estavam abandonadas por completo, outras em situação precária, necessitando reformas, algumas apresentavam pleno funcionamento, mas devido suas características arquitetônicas, majoritariamente, medievais, não fariam frente às novas e potentes armas de fogo. Poucos se encontravam reformados e contendo uma arquitetura definida como de “Transição”, capaz de travar conflitos baseados na pirobalística<sup>3</sup> (CASTELO BRANCO, 1994). Nas Ordenações Manuelinas, Livro II, Título 44 *De como os Castelos ham de seer repairados*, páginas 227 e 228, pode-se identificar claramente a preocupação com a manutenção e provimento das fortificações do reino, fazendo o monarca saber quais obrigações, por lei, seus responsáveis deveriam cumprir.

Os Alcaides Moores dos Castelos, que os teurerem de juro, e assi as Ordens que Castelos teuerem, seram obrigados a fazer, e assi repairar nos ditos Castelos as cousas seguintes, .s. todo aposentamento necessario para a viuenda do Alcaide Moor, e assi estrebarias , atafonas, fornos, casa d’almazem, e de mantimentos, telhados de torres, portas de fortalezas, e assi barreiras, e baluartes, trancas, ferrolhos , e fechaduras, repairo de cisternas e poços, e quaesquer danificamentos de muros, e barras, e torres, e assi de d’ameias, e peitoris. E caindo torre, ou lanço de muralha, baluarte, ou barreira o pouco lhe dará seruentia. E o mais fara o Alcaide Moor a sua custa. E os Alcaides Moores, que nom teuerem os ditos Castelos de juro, seram obrigados a repairar todas as cousas sobreditas, e de as entregar no estado em que lhe forem entregues, tirando muros, barreiras, e baluartes, e torres. E quando assi repairarem as sobreditas cousas, que sam obrigados repairar, o pouco lhe dará a seruentia.

---

<sup>3</sup> Armas que utilizam a combustão da pólvora como força impulsora dos projéteis.

Duarte de Armas teve como função inventariar em que condições se encontravam as defesas do reino de Portugal. Em suas reproduções conseguiu captar cada uma das partes componentes da “Arquitetura Militar Medieval” e de “Transição” que em inícios do século XVI já estava sendo colocada em prática por toda a Península Ibérica. Conforme Nunes (1991, p. 199), em Portugal a fortificação de Transição corresponde à primeira metade do séc. XVI, durante o reinado de D. Manuel. Com a lenta introdução das novas armas de fogo, nos finais do século XIV, os castelos góticos, progressivamente, começaram a sofrer mudanças estruturais. A busca de adaptação a um novo conceito de combate possibilitou o surgimento de uma arquitetura militar com características simultaneamente do castelo medieval e das primeiras fortalezas modernas.

## **O VISTO E O REGISTRADO EM SUA VIAGEM**

A obra de Duarte de Armas pode ser definida como fundamentalmente “descritiva”, criando um jogo de escalas entre a constituição de uma ampla paisagem, abrangendo toda uma região e os incontáveis detalhes que dela fazem parte. Muito mais do que simplesmente fortificações o Escudeiro buscou desenhar o mundo ao seu redor. Sua obra realiza um estudo da observação do mundo e, enquanto documento, tem a função de “testemunhar” o observado, não dramatiza-lo (ALPERS, 1999). No Livro das Fortalezas a “imagem mostrada na superfície pictórica parece ser um fragmento ilimitado de um mundo que continua para além da tela” (ALPERS, 1999, p.85), havendo também uma forte inclusão da natureza, da vida.

As pessoas que habitavam nas vilas, próximas as muralhas, aparecem nos registros, ainda que pequenas, na tentativa de manter uma proporção adequada com as fortificações. É possível perceber, nestes desenhos, o modo de vestir dos campesinos da época, assim como a maneira de carregar seus jarros de cerâmica e de conduzir seus animais de carga. Estas paisagens pictóricas revelam fontes de água (poços, córregos, riachos ou mesmo rios) próximas às fortalezas ou moradias das vilas. Duarte se preocupou em passar as informações completas sobre a qualidade da água dos poços e córregos, se estas eram abundantes, frescas e limpas. As áreas destinadas para cultivo agrícola, assim como a vegetação circundante (árvores altas ou baixas, concentradas ou espaçadas, pastagens ou áreas com concentração de arbustos) não foram esquecidas. No caso das culturas agrícolas, se pode, através de uma

comparação entre os diferentes registros das vilas e seus arredores, perceber que terras, eram mais ou menos favoráveis para o plantio. Ocupou-se também em registrar certas cenas pitorescas do cotidiano, um caçador e seus dois cães (Almeida, fl. 74), um almocreves com duas mulas carregadas de mercadorias (Castelo Branco, fl. 52), camponeses tirando água de um poço (Montalvão, fl.50)<sup>4</sup>, uma pastor com seu rebanho (Monsanto, fl.61). Em sua obra Duarte anotou a distancia (dias de caminhada) e que tipo de estrada (se boa ou ruim para se viajar) que separava um castelo do outro. Do castelo de Apalhão (fls. 41 e 42) ao Castelo de Vide (fl. 43 e 44) registrou sua dura jornada: “d alpalhão a castello de ujde sam duas legoas e antre huua vylla e outra corem duas Ribeyras pequenas ho camjnho he muj fragosso” (fl. 41).

Através dos desenhos percebe-se o tipo de aglomeração das residências, se estas estavam longe ou próximas das fortificações, a característica dos tetos (colmo, ardósia ou telha), das janelas e portas, a existência ou não de muralhas a cercar as vilas, a presença de praças centrais, igrejas (com todos seus detalhes – com torre para sino, ou simples campanário sobre o teto, com entrada decorada ao estilo manuelino, com simples porta de madeira, com cruzeiro a sua frente ou cruz sobre o teto). Os patíbulo existentes em muitas vilas, para castigar os criminosos com o enforcamento, não foram esquecidos, foram desenhados sempre na periferia das vilas, muitos com os corpos ainda pendurados nas cordas<sup>5</sup>.

O códice destaca-se como fonte para o estudo da paisagem *rayana*, do início do século XVI. Duarte não apenas reproduziu as fortalezas, mas também seu entorno, possibilitando informações sobre a utilização de rios para pesca e comércio. Nota-se a importância deste trabalho uma vez que os rios desenhados no século XVI (como exemplo temos o Guadiana) sofreram modificações no “contorno” dos leitos, devido ao assoreamento de suas margens. A grande maioria dos portos reproduzidos há muito deixaram de existir. Os trechos de rios, onde nas gravuras do tratado aparecem embarcações, com as velas estufadas pelo vento, atualmente não servem para a navegação. Especial atenção deve ser dada ao registro de um estaleiro, em pleno funcionamento, na cidade de Caminha (fl. 115)<sup>6</sup>, onde se identificam os detalhes de uma embarcação em construção, que com frequência serve para exemplificar estudos em história da engenharia naval (AMATO, 2006, pp. 111-112).

A contribuição de Duarte para o estudo da paisagem quinhentista também está em suas anotações (parte escrita do tratado), situadas junto aos desenhos. Daveu (2000, p. 12), em seu

---

<sup>4</sup> Veja imagem Anexo 01 no final deste artigo.

<sup>5</sup> Veja imagem Anexo 02 no final deste artigo.

<sup>6</sup> Veja imagem Anexo 03 no final deste artigo.

artigo sobre a rede hidrográfica portuguesa da segunda metade do século XVI, apresenta uma passagem muito elucidativa quanto às fontes e cursos de águas presentes no Livro das Fortalezas:

Durante o verão de 1509, Duarte de Armas, encarregado de <<pintar>> as fortalezas raianas, foi de Montalegre até Portelo (Sendim) por um bom caminho de <<uma légua boa>>, tendo atravessado um rio provido de pontes (Cávado). Daí, foi ter a fortaleza de Piconha, perto de Rendim, por um muito mau caminho de 2 léguas, tendo atravessado algumas ribeiras pequenas. Para atingir Castro Laboreiro teve, a seguir, que franquear <<5 léguas de serras e muitas ribeiras, entre as quais a maior há nome Lima>>; o que mostra que atravessou em linha directa as terras galegas, facto confirmado pela não descrição do castelo de Lindoso. De Castro Loboreiro desceu a Melgaço, por um caminho de <<2 léguas mui fragosas, todo de serras, ribeiras nem uma>>. A sucinta que deixou de seu itinerário é de grande interesse; ainda que muito simples, indica sistematicamente a distância em léguas, a qualidade dos caminhos e os rios atravessados, providos ou não de pontes.

O álbum apresenta grande importância para o conhecimento da organização espacial urbana dos princípios dos “quinhentos” em Portugal, indicando que muitas vezes há que se procurar uma topografia desaparecida através de uma documentação normalmente escassa, em muitos casos sem continuidade cronológica e raramente adequada ao esclarecimento da paisagem urbana. A maioria dos documentos disponíveis foi elaborada por razões jurídico-administrativas e por isso privilegiam assuntos como a fixação de quantitativos fiscais ou o esclarecimento de questões de propriedade. Através deles, só muito lateralmente, se pode depreender o traçado das artérias de um núcleo urbano, o contorno da muralha ou a exata morfologia de uma construção (ANDRADE, 2003, p. 43). O código manuelino nos faculta, assim, um retrato pormenorizado de como seria outrora a paisagem urbana e rural da fronteira terrestre portuguesa nos princípios dos quinhentos. O viajante da Casa Real se esforçava por oferecer o melhor enquadramento possível aos seus desenhos, aproveitando para isso os caminhos de aproximação ou de saída dos aglomerados que visitava.

O minucioso trabalho de investigação de Manuel da Silva Castelo-Branco (1994) nos faz acreditar na idoneidade do escudeiro do “Venturoso” como excelente “tracista” e observador. Armando Cortesão (1935) não teve dúvidas em integrar d’Armas no grupo dos cartógrafos portugueses da primeira metade do século XVI. Duarte demonstra uma disciplina em reproduzir as fortificações e as paisagens, registrando montes, serras, escarpas, arvoredos, campos de cultura, pontes, caminhos, azenhas. Acusa-se a mão de alguém com treino para a

cartografia, mas sobressai ao mesmo tempo uma grande maestria no tratamento das formas edificadas.

Em seu “relatório imagético”, Duarte detalhou a situação de conservação e funcionalidade em que as fortalezas se encontravam. A partir de suas plantas baixas pode-se obter informações valiosas sobre a constituição interna das fortificações, assim como o número exato de torres, as proporções do pátio interno, a distância entre a primeira e segunda linha de muralhas, a localização das torres, os acessos (entradas), capelas, cisternas, escadarias, estábulos, espessura aproximada das paredes, separação dos diferentes ambientes e seus possíveis espaços. Segundo Cid (2001, p. 112), a inspeção nas defesas do reino de Portugal, através de desenhos e medições, seguia o sistema de unidades da vara (v) de 1,10m e meia-vara (+) de 0,55m e o palmo (p) de 0,22m. Na imagem da cidade de Olivença, visão Norte (fl.23), Duarte se representou tirando a medida da altura da principal torre do castelo. Como desejando comprovar a exatidão de seus registros, desenhou a si próprio, segurando uma corda, com um peso na ponta, que descia desde o teto da torre até o chão<sup>7</sup>.

## **FRONTEIRA, ESTRATÉGIA E PODER**

Ao que parece a leitura da geografia e das condicionantes locais foram decisivas para o posicionamento do “*debuxador*”, que adotou uma metodologia de privilegiar, claramente a verticalização dos elementos edificados, principalmente os de função militar. Foi essa regra, estipulada por Duarte, ou pelo menos por ele empregada repetidas vezes, que lhe serviu como um recurso para conjugar dados de ordem estética com outros mais pragmáticos, de conteúdo político. Pode-se inferir que um dos seus empenhos seria exaltar a autoridade régia, e para tanto, nada como atribuir a maior altura possível às fortificações que desenhava.

Rasgavam-se múltiplos caminhos vicinais nascidos de serventias diárias que, ligando-se às estradas principais, encaminhavam o olhar do viajante para uma monumental construção de pedra que, cada passo andado, se afirmava como protagonista do seu horizonte visual (ANDRADE, 2003, p. 45).

O *Incastellamento*, a ocupação por fortalezas, dos pontos mais altos na topografia da Europa Ocidental, fenômeno registrado no ocidente medieval, desde o século IX, serve para formalizar uma “linguagem de poder”, caracterizada pela hierarquização da ocupação do

---

<sup>7</sup> Veja imagem Anexo 04 no final deste artigo.

espaço. Esse procedimento, além de responder a necessidades estratégicas, de vigilância e defesa, responde também a pautas ideológicas. Desde um patamar mais elevado no terreno e de cima das torres ou muralhas, o domínio visual do território, poderia chegar a muitos quilômetros. O mesmo é verdade para quem estivesse fora da fortificação, podendo avistá-la desde uma grande distância (VILLENA, 2001, p. 24). Este fenômeno ajudará na formação de uma imagem mental do castelo como núcleo de referencia territorial, elemento fundamental de domínio da paisagem, articulador do território e protetor da população situada em seu interior. Principalmente nas regiões de fronteira, a fortificação será o elemento dominante na paisagem da Europa até o século XVII.

Segundo Nieto Soria (1993, p. 16), o feito de governar vem unido ao feito de convencer, de persuadir da conveniência da existência do poder que governa. A ação de governar, na sociedade medieval, se vê cercada de diversos procedimentos retóricos, que asseguram a ação de persuasão. Existe uma forma de retórica não escrita, que precisamente por essa característica é, frequentemente, dramática, teatralizada, o que favorece uma percepção imediata e generalizada por parte de um amplo público. A comunicação que provem da arquitetura do castelo segue esse padrão, visual, direta, perceptível desde muito longe.

Algumas reproduções de Duarte de Armas apresentavam, em segundo plano, outros castelos portugueses, demonstrando assim a possibilidade de contato visual entre as fortalezas, facilitando a manutenção de um sistema defensivo de fronteira. No que diz respeito às regiões do Alentejo e Algarve, podem ser citados como exemplos, a fortificação de Serpa (fl. 8), onde na visão Leste foram registradas, as muralhas de Beja (aprox. 25 km) e o castelo de Campo Maior (fl. 28), onde ao fundo, na visão norte foi registrada a fortificação de Elvas. Também foram desenhados diversos povoados, vilas e fortalezas castelhanas que se encontravam na margem oposta do rio Guadiana. Na visão Oeste de Mourão (fl. 14), desenhou Villa Nueva de Fresno. Na visão Sul de Olivença (fl. 24) desenhou ao fundo a cidade castelhana de Badajoz. Na visão Sul de Alcoutim (fl. 3) representou a cidade castelhana de San Lucar. Na visão Sul de Ouguela (fl. 29) desenhou a cidade castelhana de Albuquerque<sup>8</sup>. Segundo Andrade (2001, p. 31), as fortificações eram construídas justamente em frente aos castelos castelhanos, havendo a preocupação de se constituírem povoações nas proximidades, legitimando a ocupação portuguesa do território fronteiriço.

---

<sup>8</sup> Veja imagem Anexo 05 no final deste artigo.

Na visão Sudoeste de Sintra (fl. 118), ao fundo, Armas desenhou o antigo e abandonado Castelo dos Mouros, cujo “pano de muralha” e torres “serpenteiam” acompanhando os declives e aclives dos morros onde estão instalados<sup>9</sup>. Outro exemplo interessante da minúcia com que os desenhos eram feitos, esta no momento do artista registrar a perspectiva Sul do Castelo de Alcoutim, onde acabou captando também, a, aproximadamente, 2 km de distancia, sobre o topo de um monte vizinho, um antigo e arruinado castelo muçulmano, atualmente chamado Castelo Velho de Alcoutim. Este desenho é o mais antigo registro existente da estrutura muçulmana, construída possivelmente no século IX e definitivamente abandonada no século XI, vindo a ser quase completamente soterrado com o passar tempo (CATARINO, 2002, p. 34).

Referências sobre o funcionamento do comércio também podem ser alcançadas através da análise dos desenhos do Escudeiro da Casa Real. No vale do rio Minho o problema da navegabilidade atraiu a atenção do “*debuxador*”. A parte vestibular do rio aparece franqueada por grandes naus e caravelas, uma das naus se afasta em direção ao oceano, enquanto outra nau e duas caravelas ficam ancoradas na foz, perto de Caminha (fl. 116), e a terceira nau ao pé do castelo de Vila Nova de Cerveira (fl. 113). Mais a montante<sup>10</sup>, em Valença do Minho (fl. 111) estão ancoradas no rio duas grandes naus, com três mastros e castelos à popa e à proa, e também duas pequenas caravelas, com dois mastros e duas velas triangulares. Uma das naus vai içando as velas, se preparando para descer em direção ao mar. Mais a montante, em Monção (fl. 108), o desenhista representou apenas uma pequena barca no rio, como permite apreciar o barqueiro nela instalado, com uma só vela. Demonstrou assim que a passagem da carga da navegação marítima se fazia em Valença, a jusante<sup>11</sup>, e que as mercadorias passavam em Monção, levadas por animais de carga, dirigidos por almocreves (DAVEAU, 2003, pp. 84-85).

Um artista da época com recursos técnicos, como se acredita ser o caso de Duarte, perceberia a necessidade de “*distorcer*” e “*arranjar*” as suas imagens para torná-las mais compreensíveis para terceiros, principalmente para D. Manuel. O desenhista real deveria ter conhecimento de que os códigos de representação são simples ferramentas, abertas a ser moldadas para atingir um determinado fim expressivo. Conforme Cid (2001), a obra de Duarte pode ser classificada como uma modalidade de desenho de transição:

---

<sup>9</sup> Veja imagem Anexo 06 no final deste artigo.

<sup>10</sup> Em direção à foz do rio, direção contrária a vazante. Costuma-se dizer “subindo o rio”.

<sup>11</sup> Vazante, em direção à saída para o mar.

Isto porquanto, se essas ilustrações encerram ainda um grande peso da Idade Média, acima de tudo na falta de uma geometria que as determine integralmente (de modo a eliminar as pequenas discordâncias a tal associadas, tais como pontos de fuga não unificados ou alguns erros de escala), é porém manifesto que a estrutura interna dos seus desenhos responde a uma percepção espacial já muito longe do “realismo” do Gótico, cujos valores se mostravam então completamente esgotados. Com efeito, nas suas representações, Duarte de Armas procurou uma adequada verossimilhança na topografia – distinguindo também materiais (pedra, reboco, etc) e introduzindo vida (pessoas) nos desenhos -, tentou obter valores de “longe” e de “perto”, e apostou no registro circunstanciado das características de cada recinto defensivo que visitava (p. 117).

Quanto a esta “transição”, expressão artística que se relaciona a características de diferentes recortes temporais, Didi-Huberman (2008), nos faculta a informação de que as imagens são objetos heterocrônicos/policrônicos. As pinturas, gravuras e desenhos conteriam em si a influência, a existência de diversos períodos e estilos, o que definiria o estudo da arte como algo anacrônico, por definição. “A história das imagens é uma história dos objetos temporalmente impuros, complexos, sobredeterminados” (2008, p. 46). Sendo assim a eucrônia, ou seja, a tentativa compreender o objeto do passado pelo próprio passado, acedendo a “Ferramenta Mental”, técnica, estética, religiosa que fez possível determinada eleição pictórica, seria uma idealização impossível. Conforme esse pensamento as imagens seriam uma montagem de diferenças, que abririam um leque do tempo em grande escala. Um dos principais conceitos criados e trabalhos por Aby Warburg é justamente o de “Sobrevivência”, que busca fazer jus a complexa temporalidade das imagens, que se configuram na larga duração e encontram-se nas “fissuras do tempo” (BURUCÚA, 2002).

Na segunda metade do século XVI aparecem as primeiras referências de utilização das técnicas da perspectiva empregadas como instrumentos ao serviço da arte de guerra. Francisco de Holanda em seus Diálogos comenta:

[...] la gran pintura no es solamente útil a la guerra, sino que además es necesaria [...]; el diseño sirve en sumo grado en la guerra para dibujar la situación de los lugares apartados, la configuración de las montañas y de los puertos, de las cadenas de montes y de las bahías y golfos; para fijar la figura de las ciudades y fortalezas, altas y bajas, murallas y puertas y el lugar que éstas ocupan; para mostrar los caminos y los rios, las playas, los lagos, las lagunas que hay que evitar o que hay que cruzar; la dirección y la extensión de los desiertos de arena; los malos caminos, selvas y matorrales; todo ello mal podría comprenderse de otro modo, mientras que con el diseño se hace

claro y fácil de entender, y, siendo todas estas cosas importantes en las empresas de guerra, los diseños del pintor sirven de gran ayuda para los propósitos y los proyectos del capitán (*apud* BOTÍ, 2006, p. 118).

Francisco de Holanda define, de forma clara, a grande importância que o recurso imagético ocupava em termos estratégicos, para conhecimento do território. Um registro visível, onde pudessem ser localizadas montanhas, estradas, lagos, cursos de rios, fortificações, postos de observação e características topográficas de uma região, serviria como valioso diferencial no momento de um conflito. “Fazendo fácil e claro de entender” [...] “o desenho do pintor” (Duarte) “servia de grande ajuda aos projetos e propósitos” (defesa da fronteira portuguesa) “do capitão” (D. Manuel).

## CONCLUSÃO

A distorção da verticalidade das torres (para valorizar o poder régio), a captura de dois pontos de vista (N/S ou L/O) nos registros das cidades fortificadas, a ostentação dos gigantescos estandartes das Coroas Ibéricas desenhados sobre as construções (delimitando “perfeitamente” a fronteira) e o empenho exaustivo de reproduzir uma paisagem detalhada, demonstra que Duarte realizou seu trabalho através de uma forma regrada, “regulamentando seu olhar” sobre o que deveria ser registrado. As medições (em vara e meia-vara, tanto dos alçados como das plantas baixas) e as descrições das condições de estradas, cercas vilãs, fontes de água e a identificação por legenda (igreja, menagem, *villa*, *cubello*, caçador, embarcações – nau, caravela, barca<sup>12</sup>...), indicam um ver “racional”, com método, que buscava ser objetivo na produção de um documento que faria parte da grande campanha de reestruturação do reino, iniciada por D. Manuel.

Mas não são apenas informações técnicas e metódicas que constituem este tratado. Em alguns debuxos, Duarte registra a si (sobre uma mula) e seu criado (a pé), passando diante das fortificações, atravessando as vilas, ou caminhando pelas estradas próximas as cidades<sup>13</sup>. Pode-se considerar como uma inovação desta obra os diferentes momentos representados por seu autor. Quase sempre apresentando sua chegada a vila, sua passagem em frente a esta e sua saída. O Livro das Fortalezas é mais do que um tratado das fortificações portuguesas fronteiriças, é um detalhado “registro etnográfico”, realizado por um viajante atento e

<sup>12</sup> Veja imagem Anexo 07 no final deste artigo.

<sup>13</sup> Veja imagem Anexo 08 no final deste artigo.

“faminto” por informações, que possibilita valiosos dados sobre o viver no início do século XVI. A obra é humanizada com sua imagem e com a dos habitantes das cidades, esse recurso dá vida a paisagem e as estruturas. Uma viagem singular, capaz de gerar uma obra de grande força evocativa. Um auxílio precioso para quem, por qualquer motivo, necessita investigar a história dos povoados e do território fronteiriço incluídos nas páginas do tratado. Um maravilhoso diário de viagem onde as letras, palavras, frases, textos, foram substituídos por elaboradas composições iconográficas, que dão a entender o que nosso viajante pode vivenciar ao longo de seu périplo de 900 km em aproximadamente um ano de caminhada.

## **FONTES DOCUMENTAIS**

ARMAS, D. *Livro das Fortalezas*. Lisboa, Fac-Símile do MS 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2ª Edição, INAPA, 1997.

GÓIS, D. *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel*. Lisboa, Na Officina de Miguel Manescal da Costa, Impressor do Santo Officio, 1566, Parte II, Cap. XXVII, p.28. Biblioteca Nacional de Portugal – Biblioteca Nacional Digital.

Disponível em: <<http://purl.pt/288/1/P229.html>>

FARIA, M. S. *Noticias de Portugal Offerecidas a ElRey N.S. Dom João o IV*. Lisboa, Imprensa na Officina Craesbeeckiana, 1655. Biblioteca Nacional de Portugal, Microfilme F.5751 – Sala Geral de Microfilmes. De como os Castelos ham de seer reparados. In. *Ordenações Manuelinas*. Livro II, Título 44, p. 227 e 228. Ordenações Manuelinas On-line Fac-Símile, Instituto de História e Teoria das Ideias da Universidade de Coimbra – Portugal.

Disponível em: <<http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/12p227.htm>>

## **REFERÊNCIAS**

ALPERS, S. *A Arte de Descrever*. São Paulo, EDUSP, 1999.

AMATO, A. Desenvolvimento da Construção Naval no Garb Al-Andaluz entre os séculos VIII e XIII. Estaleiros e Arsenais. In. *Jornadas do Mar – Os Oceanos: Uma Plataforma para o Desenvolvimento*. Publicação da Escola Naval de Portugal, 2006, pp. 09-114.

ANDRADE, A. *Horizontes Urbanos Medievais*. Lisboa, Livros Horizonte, Portugal, 2003.

\_\_\_\_\_. *A Construção Medieval do Território*. Lisboa, Livros Horizonte, Portugal, 2001.

BOTI, A. *La Arquitectura Militar del Renacimiento a través de los tratadistas de los siglos XV y XVI*. Tesis Doctoral. Escuela Tecnica Superior de Arquitectura de Valencia. Director Juan Francisco Noguera Giménez, 2006.

BURUCÚA, J. E. *História, Arte, Cultura: De Aby Warburg a Carlo Ginzburg*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Econômica, 2002.

CASTELO-BRANCO, M. O Livro de Duarte de Armas. In: *A Arquitetura Militar na Expansão Portuguesa*. Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Portugal, 1994.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: *O Livro das Fortalezas*. Lisboa, Fac-Símile do MS 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2. ed., INAPA, 1997.

CATARINO, H. Arqueologia Medieval: O Estado da Arte e Novas Perspectivas. In: *As Oficinas da História*. Coimbra, Edições Colibri – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal, 2002.

CID, P. Castelo de Vide e o Álbum de Duarte de Armas: Algumas Notas. In: *Caderno de Intervenções em Patrimônio*. IPPAR, Lisboa, Portugal, 2001.

CORTESÃO, A. *Cartografia e Cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI*. Lisboa: Seara Nova, v. 2, 1935.

DAVEAU, S. A Rede hidrográfica no Mapa de Portugal de Fernando Alvaro Seco (1560). In: *Revista Finisterra*. Porto, v. 35, n. 69, 2000, pp. 11-38.

\_\_\_\_\_. Caminhos e fronteiras na Serra da Peneda: Alguns exemplos nos Séculos XV e XVI e na actualidade. In: *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*. Porto: Série 1, v. 19, Porto, Universidade do Porto, 2003, pp. 81-96.

DIDI-HUBERMAN, G. La História del Arte como disciplina anacrônica. In: *Ante el tempo: Historia del arte y anacronismo de las imágenes*. Buenos Aires, Adriana Hidalgo, 2008.

MAGALHÃES, J. R. *História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Estampa, v. 3, 1997.

MONTEIRO, J. *Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média: Presença Perfil, Conservação, Vigilância e Comando*. Coimbra: Edições Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999.

NIETO SORIA, J. M. *Ceremonias de la realeza: Propaganda y legitimación en la Castilla Trastámara*. Madrid: Ed. Nerea, 1993.

NUNES, P. O. *Castelo Estratégico português e a Estratégia do Castelo em Portugal*. Lisboa: Direcção do Serviço Histórico Militar. Estado Maior do Exército, Portugal, 1998.

\_\_\_\_\_. *Dicionário Temático de Arquitetura Militar e Arte de Fortificar*. Lisboa, Direcção do Serviço Histórico Militar. Estado Maior do Exército. Portugal, 1991.

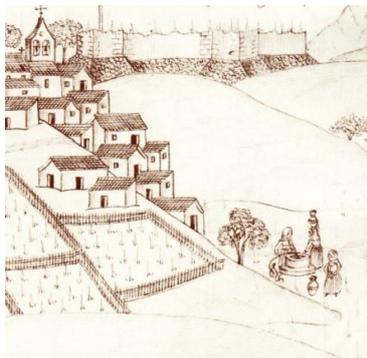
SANTOS, J. M. *Estudos Sobre os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa*. Coimbra: Editora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995.

VASCONCELLOS, J. *A Pintura Portuguesa nos Séculos XV e XVI*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1929.

VILLENA, L. Arquitectura Militar en la Península Ibérica. In: *Actas del IV Curso de Cultura Medieval: Seminario – La Fortificación Medieval en la Peninsula Ibérica*. Fundación Santa Maria la Real. Aguilar del Campo, España, set. 1992, pp. 17-32.

## ANEXOS

Anexo 01 – Mulheres buscando água em um poço, fora das muralhas de Monsanto - Detalhe.



Anexo 02 – Pessoa enforcada, em um patíbulo, fora da cidade de Bragança – Detalhe.



Anexo 03 – Embarcação em construção, junto a margem do rio Minho, na cidade de Caminha – Detalhe.



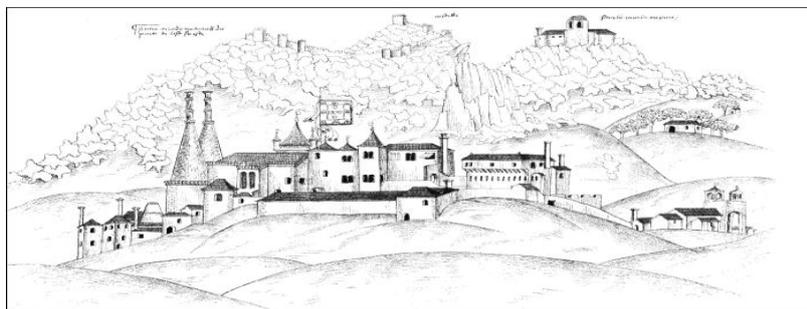
Anexo 04 – Duarte, no topo da torre de Olivença, “demonstrando” como tirar as medidas de sua altura.



Anexo 05 – Em primeiro plano a cidade portuguesa de Ouguela, visão Sul, ao fundo a cidade castelhana de Albuquerque.



Anexo 06 - Sintra, próximo a Lisboa. Palácio de Sintra, ao fundo, a esquerda, Castelo dos mouros, a direita, Convento de Nossa Sra. da Penha.



Anexo 07 – Detalhe da cidade Castelhana de Tui, Três Diferentes Tipos de Embarcações. Da direita para esquerda: Nau, Galé e Caravela



Anexo 08 - Duarte de Armas e seu criado, em um detalhe do registro da cidade de Elvas, visão Sul.

